

ÍNDICE GERAL

RESUMO	I
ABSTRACT	III
AGRADECIMENTOS	V
DEDICATÓRIA	VII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
LISTA DE SIGLAS	XI
ÍNDICE GERAL	XIII
ÍNDICE DE TABELAS	XV
ÍNDICE DE FIGURAS	XVII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A DUPLA TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL	7
1. DUPLA TRIBUTAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL – CONCEITO	7
1.1 CONCURSO DE NORMAS	9
1.1.1 Identidade do Facto	10
1.1.1.1 <i>Distinção entre dupla tributação jurídica e dupla tributação económica</i>	10
1.1.2 Pluralidade das normas	11
CAPÍTULO II - CAUSAS DA DUPLA TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL	13
1. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA	13
2. ELEMENTOS DE CONEXÃO – GENERALIDADES	15
2.1 ELEMENTOS DE CONEXÃO – PRINCÍPIO DA RESIDÊNCIA E PRINCÍPIO DA FONTE	16
2.1.1 Princípio da residência	16
2.1.2 Princípio da fonte	17
CAPÍTULO III – MECANISMOS PARA A ELIMINAÇÃO/ATENUAÇÃO DA DUPLA TRIBUTAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	19
1. MÉTODOS DE ELIMINAÇÃO DA DTJI – MEDIDAS UNILATERAIS	19
1.1 MÉTODO DA ISENÇÃO	20
1.2 MÉTODO DA IMPUTAÇÃO OU CRÉDITO DE IMPOSTO	21
1.3 OUTRAS MEDIDAS UNILATERAIS	25
2. MÉTODOS DE ELIMINAÇÃO DA DTJI: MEDIDAS BILATERAIS /MULTILATERAIS	25
2.1 MEDIDAS BILATERAIS – CONVENÇÕES	27
2.1.1 As convenções celebradas por Portugal	31
2.1.2 Acionamento das convenções para evitar a dupla tributação internacional	37
2.2 MEDIDAS MULTILATERAIS – DIRETIVAS COMUNITÁRIAS	39
2.2.1 Diretiva n.º 2011/96/UE do Conselho de 30 de novembro de 2011	39
2.2.2 Diretiva n.º 2003/49/CE, de 3 de junho de 2003	41
2.3 DIRETIVA EUROPEIA DO CONSELHO - COM (2016) 685	42
CAPÍTULO IV – A ELIMINAÇÃO DA DTJI – CASO PORTUGUÊS	45
1. ELIMINAÇÃO DA DTJI ENQUANTO ESTADO DA FONTE EM SEDE DE IRC	45
1.1 CASO PRÁTICO	46
2. A ELIMINAÇÃO DA DTJI ENQUANTO ESTADO DE RESIDÊNCIA EM SEDE DE IRC	47